

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 61.022.042/0001-18
NIRE nº 35.300.067.827

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024**

Senhores Acionistas,

A Administração da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. (“Companhia” ou “CAL”) encaminha a presente proposta da administração (“Proposta”) relacionada à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 15 de abril de 2024 (“Assembleia”), em observância ao disposto na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”).

Considerando o interesse da Companhia, a Administração apresenta as seguintes recomendações em referência às matérias incluídas na ordem do dia da mencionada Assembleia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Apreciar as contas da diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório Anual da Administração e Relatório dos Auditores Independentes.

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia em reuniões realizadas em 06/03/2024, a Administração da Companhia submete à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, que serão publicadas em 13/03/2024 no jornal Valor Econômico, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“LSA”). Os comentários dos administradores da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, seguem anexos à presente Proposta como Anexo I.

(ii) Deliberar sobre destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a proposta do orçamento de capital referente ao exercício de 2024.

A Administração da Companhia propõe aos acionistas deliberar sobre a Destinação do Resultado Relativo ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023 nos termos do Anexo II à presente Proposta, e propõe a aprovação do orçamento de capital indicado no Anexo III.

(iii) Deliberar sobre o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024.

A Administração da Companhia propõe uma remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2024 de até R\$6.750.000,00 (seis milhões e setecentos e cinquenta mil reais), nos termos dos Anexos IV e V da presente Proposta.

(iv) Deliberar sobre a eleição em separado de membros efetivo e suplente do Conselho de Administração, conforme requerido por acionistas minoritários representando mais de 10% (dez por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Considerando a renúncia apresentada pelo Sr. Leonardo de Paiva Rocha em 04 de março de 2024, os acionistas Marcos Ribeiro Simon, José Oswaldo Morales Júnior e Helenice H. Morales, os quais representam, em conjunto, mais de 10% (dez por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia, propuseram eleger, em separado, membro efetivo e suplente do Conselho de Administração, não tendo apresentado, até a presente data, a indicação e currículos dos candidatos.

Caso eleitos, os membros efetivo e suplente do Conselho de Administração terão mandato unificado com os demais Conselheiros da Companhia, até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2025.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária:

(v) Deliberar sobre o Aumento de Capital Social sem a emissão de novas ações, em atenção do art. 199 da Lei 6.404/76

Em atenção ao art. 199 da Lei 6.404/76, a Administração da Companhia propõe aumentar o capital social, em R\$13.153.049,92 (treze milhões, cento e cinquenta e três mil, quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), sem a emissão de novas ações.

Assim o capital social passará dos atuais R\$ 13.153.049,92 (treze milhões, cento e cinquenta e três mil, quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), para **R\$26.306.099,84 (vinte e seis milhões, trezentos e seis mil, noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).**

“Artigo 5º - O capital social é de R\$26.306.099,84 (vinte e seis milhões, trezentos e seis mil, noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos) dividido em 3.720.971 (três milhões, setecentas e vinte mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”

(vi) Consolidar o Estatuto Social da Companhia.

Administração da Companhia propõe consolidar o Estatuto Social da Companhia a fim de fazer constar a nova redação do Artigo 5º, em se aprovando o aumento de capital social sugerido.

ÍNDICE

ANEXO	PÁGINA
Anexo I – Comentários dos Administradores da Companhia	04
Anexo II – Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício	34
Anexo III - Proposta dos Administradores para o Orçamento de Capital para 2024	42
Anexo IV - Proposta de Remuneração dos Administradores, conforme previsto na Resolução CVM 81	43
Anexo V - Proposta de Remuneração dos Administradores, conforme previsto na Resolução CVM 81	44
Anexo VI – Proposta de Aumento de capital	61
Anexo VII - Proposta de Consolidação do Estatuto Social	64

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 61.022.042/0001-18
NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO I

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024**

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Em atenção ao item 2.1 do Anexo C do Formulário de Referência – Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80”), seguem os comentários dos Diretores da Companhia:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração da Construtora Adolpho Lindenberg (“CAL”) anuncia os resultados operacionais e financeiros relativos ao 4º trimestre de 2023 e ao ano de 2023. Apesar da manutenção do cenário político e econômico repleto de volatilidade, expectativas e dificuldades, tanto internamente no Brasil como no mundo, conseguimos atingir volumes recorde nos nossos resultados operacionais em 2023.

A Companhia optou por realizar o lançamento no 4T23, da segunda fase do empreendimento Lindenberg Ibirapuera, torre Design Tower, mesmo sem a abertura das vendas ao público, dado que a receita do empreendimento passará a ser reconhecida. O empreendimento está localizado na capital de São Paulo, segmento residencial com 44 unidades de alto padrão, gerando um VGV total de R\$ 336,8 milhões, sendo o quarto lançamento da parceria EZCAL, empreendimento que a CAL possui indiretamente 10% de participação. No ano de 2023, a Companhia atingiu o volume total de lançamento de R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 280,8 milhões na participação da CAL com média de 25,5% de participação, composto por 4 empreendimentos e total de 414 unidades. Permanecemos otimistas para o cenário do mercado imobiliário de alto padrão em São Paulo nos próximos trimestres, mas também cautelosos de forma que é preponderante destacar que os próximos lançamentos continuarão a depender principalmente da demanda do mercado e das condições do cenário econômico no país.

As vendas líquidas totais somaram R\$ 75,7 milhões no 4T23, crescimento de 5,7% quando comparado com o 4T22 e redução de 48,9% em relação ao 3T23. A participação da CAL nas vendas líquidas totais foi de R\$ 25,6 milhões no 4T23 (33,9% das vendas totais), redução de 41,9% quando comparado com o 4T22 e queda de 56,0% em relação ao 3T23. Essa redução no volume de vendas do 4T23 ocorreu basicamente devido a

nenhum lançamento efetivo realizado no período, e a redução no volume de vendas dos projetos em obras. Nos 12M23 também tivemos um ótimo resultado de vendas com as vendas líquidas totais somando R\$ 560,6 milhões, crescimento de 200,4% quando comparado com os 12M22 e na participação da CAL totalizou R\$ 208,0 milhões (37,1% das vendas totais), crescimento expressivo de 115,9% quando comparado com o mesmo período de 2022. Das vendas líquidas totais realizadas nos 12M23, R\$ 39,7 milhões foram de unidades já entregues (7,1%), R\$ 214,4 milhões foram de unidades em construção (38,2%) e R\$ 306,5 milhões foram de unidades de lançamentos (54,7%). No 4T23, os distratos atingiram R\$ 27,7 milhões, composto de 4 unidades e a parte CAL de R\$ R\$ 6,1 milhões. Vale informar que nos 12M23, os distratos totalizaram R\$ 58,4 milhões, sendo R\$ 15,3 milhões de distratos efetivos (7 unidades), R\$ 34,6 milhões de upgrade (5 unidades) e R\$ 8,5 milhões de downgrade (2 unidades), totalizando 14 unidades.

A velocidade de vendas totais (VSO) totalizou 7,6% e na participação da CAL atingiu 11,0% no encerramento do 4T23, patamar abaixo dos observados nos últimos trimestres. Nos 12M23, a velocidade de vendas totais (VSO) totalizou 36,8%, aumento de 8,7 pp. em relação ao mesmo período de 2022, e na participação CAL, a velocidade de vendas (VSO) atingiu 51,0% em 2023, crescimento de 4,0 pp. quando comparado com o ano de 2022, patamar bastante saudável e que reforça a boa absorção dos produtos da Companhia. Importante lembrar que a Construtora Adolpho Lindenberg adota o metro quadrado (m²) como medida de estudo do índice VSO (Vendas Sobre Oferta), índice que reflete a liquidez dos produtos desenvolvidos, com objetivo de eliminar o efeito da variação do preço de venda no tempo, que ocasionam distorções entre o estoque inicial e as vendas contratadas. Esses resultados de vendas mostram claramente o crescimento no volume de operação da Companhia, através do lançamento de produtos adequados e que obtiveram liquidez no mercado. Continuaremos monitorando essas variáveis de forma a obter a melhor relação rentabilidade versus risco para nossa operação.

O estoque de unidades imobiliárias a valor de mercado referente às incorporações realizadas pela Construtora Adolpho Lindenberg totalizou R\$ 1,4 bilhão no encerramento do 4T23, sendo R\$ 278,4 milhões referente à parte CAL com participação média de 20,5% do total no encerramento do 4T23. Esse volume é significativamente superior ao observado nos últimos trimestres (por exemplo, R\$ 808 milhões no encerramento do 4T22) e mostram por um lado o aumento do volume de operação da Companhia e por outro lado a atenção que deve ser dispensada ao acompanhamento desse indicador, principalmente o que chamamos de “estoque entregue”. Os estoques da CAL estão concentrados e distribuídos em unidades residenciais de médio-alto e alto padrão, sendo que 99,7% do estoque total está alocado na capital de São Paulo e 0,3% no interior de São Paulo, o que demonstra a manutenção do foco e reforço da Companhia no segmento de sua atuação. Importante reforçar que no encerramento do 4T23 apenas R\$ 7,6 milhões (0,6%) do valor das unidades em estoque estão entregues, R\$ 671,6 milhões (49,3%) do valor das unidades em

estoque estão em obra com entregas previstas majoritariamente no ano de 2024 e R\$ 682,0 milhões (50,1%) do valor das unidades em estoque são lançamentos. Durante o ano de 2024 teremos um grande volume de entregas de obras, com volume total de VGV atualmente em estoque de aproximadamente R\$ 555,8 milhões e deveremos acompanhar de perto a liquidez da venda de suas unidades para monitorar principalmente a geração de caixa desses projetos.

O banco de terrenos (land bank) no encerramento do 4T23, atingiu um VGV total de R\$ 653,8 milhões, sendo R\$ 163,4 milhões parte CAL, participação média de 25,0% do total, composto por 2 terrenos/fases com localização premium na capital de São Paulo para projetos residenciais de alto padrão, com mais de 300 unidades e com expectativa de lançamento nos próximos 12 meses, o que reforça a manutenção do foco regional de atuação no alto padrão da Companhia. Manteremos a nossa busca pela excelência da qualidade em produtos singulares e localizações diferenciadas, com o cumprimento dos prazos e dos custos dos empreendimentos, que são alguns dos principais atributos pelos quais a Construtora Adolpho Lindenberg é amplamente reconhecida no mercado.

O volume de obras da Construtora Adolpho Lindenberg totalizou 95,4 mil m² em construção no encerramento do 4T23, compostos por 5 obras residenciais, todas localizadas na capital de São Paulo e com 513 unidades de médio-alto e alto padrão. Em setembro de 2023, a CAL iniciou a obra do empreendimento Jota by Lindenberg, composto de 2 torres, segmento misto, com 285 unidades e com 28,1 mil m² de área total. Nos 12M23, foram entregues (i) em janeiro, o empreendimento Lindenberg Vila Mariana, torre única residencial, com 32 unidades e com 11,6 mil m² de área total; (ii) em março, o empreendimento Lindenberg Reserva Itaim, torre única residencial, com 46 unidades e com 11,7 mil m² de área total e; (iii) em junho, o empreendimento Park Lane, segmento misto, com 142 unidades no total e 22,0 mil m² de área total.

Com a retomada de lançamentos deste novo ciclo a partir do ano de 2020, a Construtora Adolpho Lindenberg voltou a reportar indicadores operacionais em linha com o histórico da Companhia. Por outro lado, vale reforçar que, conforme o planejamento estratégico da Companhia definido em 2019, e considerando a crise resultante da pandemia e seus impactos econômicos, assim como toda volatilidade político-econômica interna e também as mais recentes questões relativas as guerras entre Rússia e Ucrânia, assim como entre Israel e Hamas, estamos acompanhando de perto todas as movimentações do mercado imobiliário e as incertezas refletidas na economia e na política brasileira conforme já sinalizado nos últimos três anos e, tendo em vista a capacidade de adaptação a diferentes cenários do nosso modelo de negócios, da qualidade da operação e a consistência operacional, os resultados majoritariamente seguem dentro do esperado pela Companhia e com manutenção de perspectivas positivas para os próximos períodos.

Relativo às informações financeiras, a receita líquida totalizou R\$ 11,5 milhões no encerramento do 4T23, redução de 84,2% em relação ao 4T22. Nos 12M23, a receita líquida atingiu R\$ 95,7 milhões, redução de 35,8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Já o resultado bruto atingiu R\$ 4,2 milhões para uma margem bruta de 36,8% ao final do 4T23, redução de 64,4% e 20,4 pp. acima em relação ao 4T22. Nos 12M23, o resultado bruto atingiu R\$ 32,8 milhões, para uma margem bruta de 34,2%, redução de 6,7% e 10,7 pp. acima quando comparado com os 12M22. O EBITDA atingiu R\$ 4,0 milhões, para uma margem EBITDA de 34,4% ao final do 4T23, redução de 48,0% e 23,9 pp. acima em relação ao 4T22. Nos 12M23, o EBITDA totalizou R\$ 17,4 milhões, para uma margem EBITDA de 18,2%, redução de 1,3% e 6,4 pp. acima quando comparado com o ano de 2022. O resultado líquido totalizou R\$ 1,2 milhão, para uma margem líquida de 10,5% ao final do 4T23, queda de 78,5% e 2,8 pp. acima em relação ao mesmo período de 2022. Nos 12M23, o resultado líquido atingiu R\$ 9,7 milhões, para uma margem líquida de 10,1%, crescimento de 38,3% e 5,4 pp. acima quando comparado com os 12M22. O ROE trimestral totalizou o valor de 15,9% e o ROE dos últimos 12 meses atingiu 40,9% no encerramento do 4T23. Os resultados financeiros acima apresentados mostram o crescimento sustentável da operação da Companhia, buscando satisfazer um binômio adequado de rentabilidade x risco, apesar do cenário bastante volátil que temos atravessado nos últimos anos.

O índice de alavancagem corporativa (dívida líquida/patrimônio líquido) atingiu 3,3x e a dívida bruta corporativa totalizou R\$ 108,8 milhões no encerramento do 4T23, aumento de 19,6% quando comparada com o 3T23 e a dívida líquida atingiu R\$ 101,4 milhões ao final do 4T23, aumento de 35,1% em relação ao 3T23. Esse crescimento deve-se principalmente a obtenção de financiamento corporativo, para reforço da posição de caixa, cujos recursos foram integralmente destinados ao custeio de despesas vinculadas aos novos projetos e investimentos da Companhia, para manutenção de patamar mínimo operacional de lançamentos nos próximos 12 meses, de forma a possibilitar a continuidade da implantação do planejamento estratégico anteriormente definido. Sua redução futura depende principalmente do resultado dos projetos com entregas das obras previstas para 2024 e da venda das unidades em estoque desses projetos, assim como redução no volume de investimentos nos projetos do próximo ciclo.

O Resultado à Apropriar, referente às incorporações realizadas pela Construtora Adolpho Lindenberg pelo método do percentual de conclusão totalizou R\$ 5,8 milhões, com Margem REF esperada de 18,2% sobre a parcela de produtos vendidos que estão em construção no encerramento do 4T23, queda de 0,7 pp. quando comparado com o 4T22 e variação nula em relação ao 3T23. A atual Margem REF (Resultado do Exercício Futuro) indica tendência da Margem Bruta futura da operação de incorporação consolidadas da Construtora Adolpho Lindenberg, reflexo do padrão e qualidade dos produtos desenvolvidos pela

Companhia, mesmo em um período econômico ainda desafiador que estamos enfrentando atualmente. Importante informar que o Resultado à Apropriar gerencial, ou seja, considerando também os empreendimentos não controlados pela Companhia totalizou R\$ 37,1 milhões, com Margem REF gerencial esperada de 29,7% no encerramento do 4T23.

No modelo atual de estrutura de capital da Construtora Adolpho Lindenberg, com participação minoritária nos projetos, uma importante fonte de receita e conseqüentemente de resultado para a Companhia são as receitas de taxas por prestação de serviços de administração da incorporação e de obra, onde temos acompanhado um incremento de volume com a retomada dos lançamentos e início das obras desde 2020. Os patamares de rentabilidade reportados são resultados de uma operação que reflete a atual situação da Companhia e dos esforços da Administração para manter a rentabilidade e o andamento dos projetos, nos custos e nos prazos contratados, com a racionalização das despesas comerciais e administrativas, de forma a obter o máximo de valor para nossos clientes e acionistas.

Sobre operação futura, a Construtora Adolpho Lindenberg continua focada no objetivo de buscar uma estrutura de capital adequada e com menor risco, preparada para enfrentar um cenário futuro ao mesmo tempo bastante promissor e desafiador. Manteremos uma postura cautelosa no decorrer dos próximos trimestres, buscando equilibrar a colocação de novos produtos no mercado, priorizando aqueles com maior liquidez, de modo a preservar um nível de vendas e de rentabilidade adequados.

Resultado desse esforço da Administração alinhado com o planejamento definido em 2019, referente aos resultados do ano de 2023, da proposta de distribuição de dividendos no valor de R\$ 2,3 milhões, proposta essa a ser submetida a aprovação da Assembleia a ser realizada em 15/04/2024.

b) estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 era composta da seguinte forma:

(Em R\$ milhões)	31/12/2021	%	31/12/2022	%	31/12/2023	%
Capital de Terceiros	R\$ 87,1	90%	R\$ 114,6	83%	R\$ 108,8	78%
Capital Próprio ¹	R\$ 9,2	10%	R\$ 23,7	17%	R\$ 31,0	22%
Total	R\$ 96,3	100%	R\$ 138,3	100%	R\$ 139,8	100%

(1) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia entende que nossas principais fontes de recursos são: (i) receitas provenientes dos serviços de construção e gerenciamento de construção prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas.

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

O EBITDA da Companhia atingiu R\$17,4 milhões, para uma Margem EBITDA de 18,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, redução de 1,3% e 6,4 pp. acima em relação ao mesmo período de 2022. Essa manutenção de patamar demonstra o novo volume operacional atingido pela Companhia nos últimos anos.

O EBITDA da Companhia atingiu R\$17,6 milhões, para uma Margem EBITDA de 11,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, crescimento de 28,0% e 7,0 pp. abaixo em relação ao mesmo período de 2021. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional dos empreendimentos lançados a partir de 2020.

O EBITDA da Companhia atingiu R\$13,8 milhões, para uma Margem EBITDA de 18,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 259,6% e 6,1 pp. em relação ao mesmo período de 2020. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional dos empreendimentos lançados a partir de 2020.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de novas receitas, buscamos parceiros financeiros para os projetos, e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados:

(Em R\$ milhões)	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	R\$ 87,1	R\$ 98,2	R\$ 44,4
Débito com partes relacionadas	R\$ 0,0	R\$ 16,4	R\$ 64,4
Contas a pagar a fornecedores	R\$ 3,3	R\$ 2,1	R\$ 2,7
Obrigações trabalhistas e tributárias	R\$ 6,4	R\$ 4,8	R\$ 4,5
Obrigações tributárias parceladas	R\$ 0,5	R\$ 0,3	R\$ 0,0
Obrigações com aquisição de terrenos	R\$ 25,7	R\$ 9,6	R\$ 0,9
Arrendamentos a pagar	R\$ 0,3	R\$ 0,1	R\$ 0,3
Dividendos a pagar	R\$ 1,6	R\$ 1,7	R\$ 2,3
Provisão para garantia de obras	R\$ 1,7	R\$ 3,5	R\$ 4,8

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 22 de março de 2022, a Companhia realizou suas emissões das operações de CRI, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2022. A colocação dos CRIs no mercado em série única ocorreu por meio da oferta simples de 50.000 notas comerciais com valor unitário de R\$1.000, perfazendo R\$50.000. Conforme definido nos Termos de Securitização de Créditos Imobiliários as Notas Comerciais da emissão contam com garantia representada pela alienação fiduciária de participações das cedentes fiduciárias (investidas da Controladora: SPE Bandeira, SPE Barolo, SPE Viseu). As operações de crédito de recebíveis imobiliários estão a uma taxa de 8,15% ao ano com correção monetária pelo IPCA e cujo vencimento será em parcela única em junho de 2026. No exercício de 2022 houve a amortização parcial no valor de R\$16.201 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi pago o montante de R\$25.651.

A Companhia através de sua controlada Lindenberg São Paulo realizou a primeira emissão de notas comerciais, para colocação privada, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de setembro de 2022, que se insere no contexto de uma operação de securitização de recebíveis imobiliários com consequente emissão de certificados de recebíveis imobiliários em uma única série, da 95ª emissão da VERT Companhia Securitizadora. Conforme definido nos Termos de Securitização de Créditos Imobiliários as Notas Comerciais da emissão contam com garantia representada pela alienação fiduciária de participação de cedente fiduciária (investida da Controladora: SPE Aosta). As operações de crédito de recebíveis imobiliários estão a uma taxa de 10,25% ao ano com correção monetária pelo IPCA e cujo vencimento será em parcela única em dezembro de 2027.

Em 11 de maio de 2022 ocorreu o aditamento às cédulas de crédito bancário alterando o vencimento para 13 de maio de 2025 e a taxa para 5,54% ao ano. Em 30 de novembro de 2022 houve liquidação da linha de crédito de valor nominal de R\$10.000 contraída em 30 de abril de 2021.

Adicionalmente, em 20 de junho de 2022, a Companhia através de sua controlada Lindenberg São Paulo contraiu linha de crédito com aval Construtora Adolpho Lindenberg S.A. e Lindenberg Investimentos Ltda, de valor nominal R\$10.000, sujeitas à variação do CDI, acrescida de 4,15% ao ano e cujo vencimento será em 18 parcelas mensais com a primeira em julho de 2022.

Em 16 de maio de 2022 a Companhia celebrou contrato de mútuo com a EZ TEC no montante limite inicialmente contratado de R\$32.500 com vencimento final até 30 de junho de 2028, com encargos de CDI + 3% ao ano, para que a Companhia cumpra com as suas obrigações de aporte, e de adiantamentos para futuros aumentos de capital na EZCAL Participações Ltda., na medida e proporção em que necessite de recursos. Em 28 de julho de 2023 houve aditivo do contrato de concessão no valor adicional de R\$32.500.

Em 30 de novembro de 2022, a Companhia através de sua controlada Lindenberg São Paulo contraiu linha de crédito com aval Construtora Adolpho Lindenberg S.A. e Lindenberg Investimentos Ltda, de valor nominal R\$5.600, sujeitas à variação do CDI, acrescida de 3,17% ao ano e cujo vencimento será em 24 parcelas mensais com a primeira em janeiro de 2023.

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia através de sua controlada Lindenberg São Paulo contraiu linha de crédito com aval Construtora Adolpho Lindenberg S.A. e Lindenberg Investimentos Ltda, de valor nominal R\$3.000, sujeitas à variação do CDI, acrescida de 3,90% ao ano e cujo vencimento será em 30 parcelas mensais com a primeira em julho de 2023.

Em 29 de maio de 2023, a Companhia através de sua controlada Lindenberg São Paulo contraiu linha de crédito com aval Construtora Adolpho Lindenberg S.A., de valor nominal R\$4.800, sujeitas à variação do CDI, acrescida de 3,28% ao ano e cujo vencimento será em 22 parcelas mensais com a primeira em julho de 2023.

Em 01 de junho de 2023, a Companhia através de sua controlada Lindenberg São Paulo contraiu linha de crédito com aval Construtora Adolpho Lindenberg S.A., de valor nominal R\$5.000, sujeitas à variação do CDI, acrescida de 4,91% ao ano e cujo vencimento será em 18 parcelas mensais com a primeira em fevereiro de 2024.

Em 19 de dezembro de 2023, a Companhia através de sua controlada Lindenberg São Paulo contraiu linha de crédito com aval Construtora Adolpho Lindenberg S.A. e Lindenberg Investimentos Ltda, de valor nominal R\$6.000, sujeitas à variação do CDI, acrescida de 2,60% ao ano e cujo vencimento será em 1 parcela com vencimento em março de 2024.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(Em R\$ milhões)	31/12/2021	%	31/12/2022	%	31/12/2023	%
Capital de Terceiros	R\$ 87,1	46%	R\$ 114,6	50%	R\$ 108,8	50%
Ativo total	R\$ 191,4	-	R\$ 227,4	-	R\$ 218,3	-

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A operação do CRI OPEA possui cláusula restritiva “covenant” e a Companhia no mês de referência dezembro de 2023 (apuração abril de 2024) foi dispensada da verificação do “covenant” financeiro previsto na cláusula 6.4 dos termos de emissão de notas comerciais (conforme definido no termo de securitização), sem que isso caracterize um evento de vencimento antecipado das notas comerciais, conforme o “waiver” obtido junto ao credor. Para as demais operações de CRIs e SFH não há cláusulas restritivas.

O “covenant” financeiro será apurado de acordo com os seguintes critérios: DFL (Dívida Financeira Líquida) / PL <= Resultados, onde DFL = Endividamento Financeiro Bruto - Caixa.

Em 31 de dezembro de 2023 a dívida líquida da Companhia era de R\$101.385 e o Patrimônio Líquido de R\$31.311, resultando em um indicador de 3,2 x, sendo acima do índice previsto para o mês de referência de 2,0x.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os recursos dos financiamentos já contratados são destinados para investimentos em empreendimentos imobiliários da Companhia:

Proprietário	CNPJ	Destinação (R\$)	Percentual do valor estimado de recursos utilizado
Viseu Incorporação Ltda.	17.790.780/0001-13	R\$ 4.000.000,00	100%
Viseu Incorporação Ltda.	17.790.780/0001-13	R\$ 6.000.000,00	100%
Gregório Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	44.225.153/0001-02	R\$ 27.278.150,00	100%
Aosta Incorporação Ltda.	32.208.022/0001-38	R\$ 27.365.302,81	100%
Barolo Incorporação Ltda.	33.657.273/0001-62	R\$ 18.779.602,63	100%
Bari Incorporação Ltda.	32.233.054/0001-93	R\$ 3.855.094,55	100%
Construtora Adolpho Lindenberg S.A	61.022.042/0001-18	R\$ 32.500.000,00	98%
Aosta Incorporação Ltda.	32.208.022/0001-38	R\$ 15.585.452,00	100%
Forenza Incorporação SPE Ltda	12.868.476/0001-28	R\$ 5.600.000,00	100%
Lindenberg São Paulo Incorporação Ltda.	06.138.869/0001-83	R\$ 3.000.000,00	100%
Lindenberg São Paulo Incorporação Ltda.	06.138.869/0001-83	R\$ 4.800.000,00	100%
Lindenberg São Paulo Incorporação Ltda.	06.138.869/0001-83	R\$ 5.000.000,00	100%
Construtora Adolpho Lindenberg S.A	61.022.042/0001-18	R\$ 32.500.000,00	87%
Gregório Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	44.225.153/0001-02	R\$ 75.282.000,00	0%
Lindenberg São Paulo Incorporação Ltda.	06.138.869/0001-83	R\$ 6.000.000,00	100%
R\$ 267.545.602,00			70,0%

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Balancos Patrimoniais Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2023	2022	Var. %
Ativo	218.306	227.220	-3,9%
Circulante	37.785	115.990	-67,4%
Caixa e equivalentes de caixa	7.435	26.022	-71,4%
Contas a receber de clientes	12.172	37.524	-67,6%
Imóveis a comercializar	15.716	49.753	-68,4%
Impostos a recuperar	1.475	1.482	-0,5%
Partes relacionadas	130	466	-72,1%
Demais ativos	857	743	15,3%
Não Circulante	180.521	111.230	62,3%
Contas a receber de clientes	9.835	2.819	248,9%
Depósitos judiciais	1.114	1.507	-26,1%
Imóveis a comercializar	227	227	0,0%
Partes relacionadas	0	0	0,0%
Impostos a recuperar	705	764	-7,7%
Demais ativos	733	689	6,4%
Investimentos	166.414	104.041	60,0%
Imobilizado	70	138	-49,3%
Intangível	1.423	1.045	36,2%
Passivo e Patrimônio Líquido	218.306	227.220	-3,9%
Circulante	36.377	70.392	-48,3%
Empréstimos e financiamentos	17.160	39.242	-56,3%
Fornecedores	2.713	2.078	30,6%
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.228	4.675	-9,6%
Obrigações tributárias parceladas	0	167	-100,0%
Obrigações com aquisição de terreno	861	9.646	-91,1%
Adiantamento de clientes	6.011	10.339	-41,9%
Dividendos a pagar	2.336	1.697	37,7%
Provisão para garantia de obras	0	2.400	-100,0%
Débitos com partes relacionadas	2.935	0	0,0%
Arrendamentos a pagar	133	148	-10,1%
Não Circulante	150.898	133.177	13,3%
Empréstimos e financiamentos	27.243	58.925	-53,8%
Obrigações trabalhistas e tributárias	238	96	147,9%
Obrigações tributárias parceladas	0	139	-100,0%
Obrigações com aquisição de terreno	0	0	0,0%
Débito com parceiros em empreendimentos	31.450	25.831	21,8%
Adiantamento de clientes	13.722	17.744	-22,7%
Provisão para garantia de obras	1.830	1.123	63,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11.601	12.753	-9,0%

Provisão para perda com investimentos	85	80	6,3%
Débitos com partes relacionadas	64.417	16.422	292,3%
Arrendamentos a pagar	190	0	0,0%
Demais passivos	122	64	90,6%
Patrimônio Líquido	31.031	23.651	31,2%
Capital social	13.153	13.153	0,0%
Reserva de lucros	1.172	688	70,3%
Lucros acumulados	16.706	9.810	70,3%

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$218,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, redução de 3,9% em relação a 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$227,2 milhões. Tal variação deve-se principalmente pela redução da rubrica de imóveis a comercializar e contas a receber de clientes.

Total do Passivo

Demonstrações dos Resultados Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2023	2022	Var. %
Receita Operacional Líquida	95.712	149.193	-35,8%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(62.938)	(114.077)	-44,8%
Lucro Bruto	32.774	35.116	-6,7%
Margem Bruta (%)	34,2%	23,5%	10,7 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(15.373)	(17.494)	-12,1%
Administrativas e gerais	(24.139)	(16.658)	44,9%
Despesas comerciais	(2.677)	(5.239)	-48,9%
Equivalência patrimonial	13.492	6.454	109,0%
Outras receitas operacionais líquidas	(2.049)	(2.051)	-0,1%
EBITDA	17.401	17.622	-1,3%
Margem EBITDA (%)	18,2%	11,8%	6,4 pp
Resultado Financeiro	(5.003)	(9.046)	-44,7%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	12.398	8.576	44,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.720)	(1.576)	72,6%
Lucro Líquido do Exercício	9.678	7.000	38,3%
Margem Líquida (%)	10,1%	4,7%	5,4 pp

Os passivos da Companhia totalizaram R\$187,3 milhões em 31 de dezembro de 2023, uma variação negativa de 8,0% em relação a 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$203,6 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido à redução significativa dos empréstimos e financiamentos, obrigações com aquisição de terrenos e adiantamento de clientes apesar do aumento da rubrica de débitos com partes relacionadas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$31,0 milhões em 31 de dezembro de 2023, crescimento de 31,2% em relação ao mesmo período de 2022, que totalizou R\$23,7 milhões. Esse forte crescimento deve-se principalmente pelo lucro acumulado apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2023.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2023 atingiu R\$95,7 milhões, redução de 35,8% em relação ao encerramento do exercício social de 2022, que foi de R\$149,2 milhões. Essa redução ocorre devido a redução na rubrica de receita de venda de unidades imobiliárias, dado o maior volume de empreendimentos controlados em conjunto pela Companhia.

Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2023 totalizou R\$62,9 milhões, redução de 44,8% em relação ao encerramento do exercício social de 2022, que atingiu R\$114,1 milhões. Essa redução está na rubrica de custos dos imóveis vendidos, pelo mesmo motivo acima indicado.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2023 atingiu R\$32,8 milhões, redução de 6,7% em relação ao encerramento do exercício social de 2022, que totalizou R\$35,1 milhões. Essa variação deve-se à redução da receita operacional líquida e dos custos dos imóveis vendidos.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Balancos Patrimoniais			
Períodos encerrados em 31 de dezembro	2022	2021	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)			
Ativo	227.220	191.373	18,7%
Circulante	115.990	112.102	3,5%
Caixa e equivalentes de caixa	26.022	27.281	-4,6%
Contas a receber de clientes	37.524	13.789	172,1%
Imóveis a comercializar	49.753	67.066	-25,8%
Impostos a recuperar	1.482	354	318,6%
Partes relacionadas	466	1.645	-71,7%
Demais ativos	743	1.967	-62,2%
Não Circulante	111.230	79.271	40,3%
Contas a receber de clientes	2.819	8.607	-67,2%
Depósitos judiciais	1.507	506	197,8%
Imóveis a comercializar	227	227	0,0%
Partes relacionadas	-	2.672	-100,0%
Impostos a recuperar	764	801	-4,6%
Demais ativos	689	6	11383,3%
Investimentos	104.041	65.142	59,7%
Imobilizado	138	384	-64,1%
Intangível	1.045	926	12,9%
Passivo e Patrimônio Líquido	227.220	191.373	18,7%
Circulante	70.391	56.263	25,1%
Empréstimos e financiamentos	39.242	8.747	348,6%
Fornecedores	2.077	3.289	-36,9%
Obrigações com aquisição de terreno	9.646	16.466	-41,4%
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.675	2.399	-26,9%
Obrigações tributárias parceladas	167	258	-35,3%
Adiantamento de clientes	10.339	18.021	-42,6%
Dividendos a pagar	1.697	1.637	3,7%
Provisão para garantia de obras	2.400	1.227	95,6%
Débitos com partes relacionadas	0	0	0,0%
Arrendamentos a pagar	148	219	-32,4%
Não Circulante	133.178	125.949	5,7%
Empréstimos e financiamentos	58.925	78.350	-24,8%
Obrigações com aquisição de terreno	0	3.176	-100,0%
Obrigações trabalhistas e tributárias	96	35	174,3%
Obrigações tributárias parceladas	139	289	-51,9%
Provisão para garantia de obras	1.123	520	116,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.753	15.243	-16,3%
Provisão para perda com investimentos	81	1.097	-92,9%
Débito com parceiros em empreendimentos	25.831	25.378	1,8%
Adiantamento de clientes	17.744	0	0,0%
Débitos com partes relacionadas	16.422	0	0,0%

Arrendamentos a pagar	0	97	-100,0%
Demais passivos	64	1.764	-96,4
Patrimônio Líquido	23.651	9.161	158,2%
Capital social	13.153	4.000	228,8%
Reserva de lucros	688	5.161	-86,7%
Lucros acumulados	9.810	0	0,0%

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$227,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, crescimento de 18,7% em relação a 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$191,4 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo forte crescimento da rubrica de investimento.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$203,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, uma variação positiva de 11,8% em relação a 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$182,2 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido ao aumento de R\$17,7 milhões a título de adiantamento de clientes e R\$16,4 milhões referente a débitos com partes relacionadas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, crescimento de 158,2% em relação ao mesmo período de 2021, que totalizou R\$9,2 milhões. Esse forte crescimento deve-se principalmente pelo lucro acumulado apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2022 e o aumento de capital realizado no mesmo período.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Demonstrações dos Resultados Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2022	2021	Var. %
Receita Operacional Líquida	149.193	73.003	104,4%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(114.077)	(47.356)	140,9%
Lucro Bruto	35.116	25.647	36,9%
Margem Bruta (%)	23,5%	35,1%	-11,6 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(17.494)	(11.891)	47,1%
Administrativas e gerais	(16.658)	(16.741)	-0,5%

Despesas comerciais	(5.239)	(2.857)	83,4%
Equivalência patrimonial	6.454	11.867	-45,6%
Outras receitas operacionais líquidas	(2.051)	(4.160)	-50,7%
EBITDA	17.622	13.756	28,1%
Margem EBITDA (%)	11,8%	18,8%	-7,0 pp
Resultado Financeiro	(9.046)	(5.128)	76,4%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.576	8.628	-0,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.576)	(1.161)	35,7%
Lucro Líquido do Exercício	7.000	7.467	-6,3%
Margem Líquida (%)	4,7%	10,2%	-5,5 pp

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2022 atingiu R\$149,2 milhões, aumento de 104,4% em relação ao encerramento do exercício social de 2021, que foi de R\$73,0 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2022 totalizou R\$114,1 milhões, crescimento de 140,9% em relação ao encerramento do exercício social de 2021, que atingiu R\$47,4 milhões. Esse crescimento é justificado pelo reconhecimento da apropriação imobiliária, na medida em que as vendas de unidades são comercializadas.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2022 atingiu R\$35,1 milhões, crescimento 36,9% em relação ao encerramento do exercício social de 2021, que totalizou R\$25,6 milhões. Esse crescimento deve-se a apropriação imobiliária da receita operacional das vendas de unidades dos empreendimentos lançados a partir de 2020 e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Balancos Patrimoniais Períodos encerrados em 31 de dezembro	2021	2020	Var. %
--	------	------	--------

(Em milhares de Reais - R\$)			
Ativo	191.419	124.698	53,5%
Circulante	112.102	62.131	80,4%
Caixa e equivalentes de caixa	27.281	10.168	168,3%
Contas a receber de clientes	13.789	13.452	2,5%
Imóveis a comercializar	67.066	37.176	80,4%
Impostos a recuperar	354	15	2260,0%
Contas a receber de partes relacionadas	1.645	745	120,8%
Demais ativos circulantes	1.967	575	242,1%
Não Circulante	79.317	62.567	26,8%
Contas a receber de clientes	8.607	522	1548,9%
Depósitos judiciais	506	819	-38,2%
Imóveis a comercializar	227	1.126	-79,8%
Contas a receber de partes relacionadas	2.672	6.745	-60,4%
Impostos a recuperar	801	893	-10,3%
Demais ativos não circulantes	6	9	-33,3%
Investimentos	65.188	51.031	27,7%
Imobilizado	384	772	-50,3%
Intangível	926	650	42,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	191.419	124.698	53,5%
Circulante	56.263	24.307	131,5%
Empréstimos e financiamentos	8.747	0	0,0%
Fornecedores	3.289	1.560	110,8%
Obrigações trabalhistas e tributárias	6.399	2.513	154,6%
Obrigações tributárias parceladas	258	290	-11,0%
Obrigações com aquisição de terreno	22.491	11.560	94,6%
Adiantamento de clientes	11.996	4.686	156,0%
Dividendos a pagar	1.637	29	5544,8%
Provisão para garantia de obras	1.227	1.099	11,6%
Débitos com partes relacionadas	0	2.289	-100,0%
Arrendamentos a pagar	219	281	-22,1%
Não Circulante	125.995	97.089	29,8%
Empréstimos e financiamentos	78.350	33.720	132,4%
Obrigações com aquisição de terreno	3.176	17.038	-81,4%
Obrigações trabalhistas e tributárias	35	21	66,7%
Obrigações tributárias parceladas	289	522	-44,6%
Provisão para garantia de obras	520	525	-1,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.243	17.313	-12,0%
Provisão para perda com investimentos	1.143	558	104,8%
Débito com parceiros em empreendimentos	25.378	27.086	-6,3%
Arrendamentos a pagar	97	306	-68,3%
Demais passivos	1.764	0	0,0%
Patrimônio Líquido	9.161	3.302	177,4%
Capital social	4.000	16.000	-75,0%
Reserva de lucros	5.161	0	0,0%

Prejuízos acumulado	0	(12.698)	-100,0%
---------------------	---	----------	---------

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$191,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 53,5% em relação a 31 de dezembro de 2020, que totalizou R\$124,7 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo avanço no andamento das obras dos empreendimentos lançados em 2020 e 2021 de suas controladas e aquisição de terrenos para futuras incorporações.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$182,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma variação positiva de 50,2% em relação a 31 de dezembro de 2020, que totalizou R\$121,3 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido ao aumento de R\$53,4 milhões a título de Empréstimos e financiamentos bancários.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$9,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 177,4% em relação ao mesmo período de 2020, que totalizou R\$3,3 milhões. Esse forte crescimento deve-se principalmente pelo lucro acumulado apurado no exercício decorrente dos resultados operacionais da Companhia em 2021.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Demonstrações dos Resultados Períodos encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	2021	2020	Var. %
Receita Operacional Líquida	73.003	30.039	143,0%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(47.356)	(24.516)	93,2%
Lucro Bruto	25.647	5.523	364,4%
Margem Bruta (%)	35,1%	18,4%	16,7 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(11.891)	(1.698)	600,3%
Administrativas e gerais	(16.741)	(6.457)	159,3%
Despesas comerciais	(2.857)	(1.500)	90,5%
Equivalência patrimonial	11.867	2.290	418,2%
Outras receitas operacionais líquidas	(4.160)	3.969	-204,8%

EBITDA	13.756	3.825	259,6%
Margem EBITDA (%)	18,8%	12,7%	6,1 pp
Resultado Financeiro	(5.128)	(1.206)	325,2%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.628	2.619	229,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.161)	(676)	71,7%
Lucro Líquido do Exercício	7.467	1.943	284,3%
Margem Líquida (%)	10,2%	6,5%	3,8 pp

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia no encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2021 atingiu R\$73,0 milhões, aumento de 143,0% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que foi de R\$30,0 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente pela apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

Custos dos imóveis vendidos e dos serviços prestados

O custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados da Companhia no encerramento do exercício social de 2021 totalizou R\$47,4 milhões, crescimento de 93,2% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que atingiu R\$24,5 milhões. Esse crescimento é justificado pelo reconhecimento da apropriação imobiliária, na medida em que as vendas de unidades são comercializadas.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no encerramento do exercício social de 2021 atingiu R\$25,6 milhões, crescimento 364,4% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que totalizou R\$5,5 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente a apropriação imobiliária da receita operacional das vendas de unidades dos empreendimentos lançados a partir de 2020 e ao aumento da receita de prestação de serviços por conta da retomada do volume operacional.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no encerramento do exercício social de 2021 foi de R\$7,5 milhões, crescimento de 284,3% em relação ao encerramento do exercício social de 2020, que totalizou R\$1,9 milhão.

2.2. Os diretores devem comentar

a) Resultados das operações do Emissor, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da venda de unidades imobiliárias, prestação de serviços de construção, gerenciamento de construção e serviços de assistência técnica, além de algum resultado da venda de lotes em estoque.

A composição da receita operacional é demonstrada a seguir:

(Em R\$ milhões)	2021	2022	2023
Receitas de serviços	18.258	24.215	32.749
Receitas de assistência técnica	1.202	2.429	0
Receitas de venda de unidades imobiliárias	64.515	130.438	69.934
Impostos sobre receita	(10.972)	(7.889)	(5.971)
Total	73.003	149.193	95.712

As receitas de prestação de serviços de administração de obras são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência e as receitas de venda de unidades imobiliárias são constituídas ao longo do período de construção, aplicando-se a porcentagem de conclusão ("PoC") sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (acrescido da variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC). Os custos e despesas são reconhecidos quando mensuráveis e incorridos. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023, em média 83% das nossas receitas foram decorrentes de venda de unidades imobiliárias.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A venda de unidades imobiliárias, a prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção da Companhia podem afetar materialmente o nosso desempenho operacional, visto que a medição ou percentual de taxa de administração de construção é variável de acordo com o empreendimento que a Companhia irá desenvolver.

A Companhia reconhece os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2023, 2022 e 2021 decorrem da variação no volume das operações da Companhia.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia não possui variações das receitas atribuíveis a fatores externos, visto que a mesma determina o percentual de taxa de administração de construção em contrato de prestação de serviços, conforme item 2.2.(ii) acima.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios, bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) Impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro de Emissor.

Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2023

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro e pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC (Fonte: Fundação Getúlio Vargas - FGV) até a entrega das chaves e posteriormente

pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (Fonte: Fundação Getúlio Vargas - FGV) incidentes no contas a receber por venda de imóveis, divulgados na nota explicativa nº 5.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas aplicações e contas a receber por venda de imóveis ao qual a Companhia está exposta, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI, IGP-M e INCC vigentes em 31 de dezembro de 2023 (Fonte: Fundação Getúlio Vargas - FGV), foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado de aplicações financeiras e contas a receber por venda de imóveis apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros e IGPM:

	Risco	Cenário 50%	Cenário 25%	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário -25%	Cenário -50%
Aplicações financeiras	CDI	17,48%	14,56%	11,65%	8,74%	5,83%
Posição contábil em 31/12/2023 - R\$6.268		9.402	7.835	6.268	4.701	3.134

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2022

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro e pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC (Fonte: Fundação Getúlio Vargas - FGV) até a entrega das chaves e posteriormente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (Fonte: Fundação Getúlio Vargas - FGV) incidentes no contas a receber por venda de imóveis, divulgados na nota explicativa nº 5.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas aplicações e contas a receber por venda de imóveis ao qual a Companhia está exposta, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI, IGP-M e INCC vigentes em 31 de dezembro de 2022 (Fonte: Fundação Getúlio Vargas - FGV), foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado de aplicações financeiras e contas a receber por venda de imóveis apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros e IGPM:

<u>Risco</u>	Cenário	Cenário	Cenário provável	Cenário	Cenário
--------------	---------	---------	------------------	---------	---------

		50%	25%	(valor contábil projetado)	-25%	-50%
Aplicações financeiras	CDI	20,48%	17,06%	13,65%	10,24%	6,83%
Posição contábil em 31/12/2022 - R\$21.517		32.276	26.896	21.517	16.138	10.759

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2021

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2021, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário 50%	Cenário 25%	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário -25%	Cenário -50%
Aplicações financeiras	CDI	13,88%	11,56%	9,25%	6,94%	4,63%
Posição contábil em 31/12/2021 - R\$26.399		39.599	32.999	26.399	19.799	13.200

2.3 Os diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não há.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Ênfase do relatório de auditoria do exercício de 2022.

Conforme descrito nas notas explicativas 2.a e 3.8. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil,

registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase do relatório de auditoria do exercício de 2021

Conforme descrito nas notas explicativas 2.a e 3.9. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, não ocorreu constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante pela Construtora Adolpho Lindenberg nem por nenhuma de suas subsidiárias.

c) eventos ou operações não usuais

Em 25 de julho de 2022, houve a formalização e homologação da emissão e atribuição de 3.720.752 bônus de subscrição (3.336.890, foram outorgados para Lindenberg Investimentos e cedidos na sequência para Eztec Empreendimentos e Participações S.A – (na forma escritural e nominativa, como vantagem adicional aos subscritores das ações do aumento de capital, de modo que, para cada 1 (uma) nova ação ordinária subscrita, foram entregues 2 (dois) bônus de subscrição. Os bônus de subscrição foram emitidos e creditados em nome dos subscritores. A Companhia avaliou o *valuation* da operação e não identificou impactos contábeis da transação nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

Não há.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não há.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não há.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) regras sobre retenção de lucros

No fim do exercício social é constituída a título de reserva legal, 5% do lucro líquido do exercício até que atinja o montante de 20% do capital social da Companhia. Após a constituição da reserva, a participação proporcional de 25% do lucro remanescente será destinada a dividendos, sendo o saldo remanescente destinado a reserva de lucros a ser aprovado em Assembleia.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Vide acima.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Anual, quando aplicável.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Política conforme previsto no Estatuto.

2.8. Os diretores devem descrever os Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Não há

iii. Contratos de construção não terminada

Não há

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há.

b) Natureza e o propósito da operação;

Não há.

c) *Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação;*

Não há

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) *Investimentos, incluindo; (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.*

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na venda de unidades imobiliárias, prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção, são necessárias grandes fontes de investimento.

As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

b) *desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor*

Não há.

c) *novos produtos e serviços, indicando; (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos de desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 2.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO II

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024**

*PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS
INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81*

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$9.678.737,98 (nove milhões, seiscentos e setenta e oito mil, setecentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não foram declarados dividendos antecipados e/ou juros sobre capital próprio. A proposta da administração para o montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$2.298.700,27 (dois milhões, duzentos e noventa e oito mil, setecentos reais e vinte e sete centavos) o que equivale a R\$0,617768929 para cada ação, levando-se em consideração a quantidade total de ações na data de sua distribuição/proposição, cuja aprovação e distribuição será submetida à Assembleia.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 06 de março de 2024, analisaram e aprovaram as demonstrações financeiras, orçamento de capital e destinação de resultados, que serão submetidos à aprovação dos acionistas na Assembleia, conforme apresentado na referida reunião.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, 5% deverá ser destinado a Reserva Legal. Do saldo posterior de R\$9.194.801,08 (nove milhões, cento e noventa e quatro mil, oitocentos e um reais e oito centavos), 25% deverá ser destinado a pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Dessa

forma, o valor total de R\$2.298.700,27 (dois milhões, duzentos e noventa e oito mil, setecentos reais e vinte e sete centavos) equivale a 23,75% do lucro líquido do exercício de 2023.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

O montante global de dividendos distribuídos nos últimos 3 exercícios é de R\$5.568.699,50 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), o que equivale a R\$ 1,496571595 para cada ação, sendo R\$2.298.700,27 (dois milhões, duzentos e noventa e oito mil, setecentos reais e vinte e sete centavos) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, R\$1.662.491,01 (um milhão, seiscentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e um centavo) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$1.607.508,22 (um milhão, seiscentos e sete mil, quinhentos e oito reais e vinte e dois centavos) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor bruto dos dividendos é de R\$2.298.700,27 (dois milhões, duzentos e noventa e oito mil, setecentos reais e vinte e sete centavos) o que equivale a R\$0,617768929 para cada ação.

Não houve, conforme Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, destaque dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Uma vez aprovados pela Assembleia, propomos que o pagamento dos dividendos destacados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 seja realizado dentro do exercício social de 2024, nos termos do artigo 205, §3º, da LSA, pagamento a ser efetuado em dinheiro em uma única parcela.

Os acionistas terão seus créditos disponíveis na data de início do pagamento desse direito, de acordo com sua conta corrente e domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú.

Aos acionistas cujo cadastro esteja desatualizado, ou seja, que não contém a inscrição do número de CPF/CNPJ ou indicação de Banco/Agência e Conta Corrente, os dividendos serão creditados a partir do décimo dia útil contado da data da solicitação, desde que os interessados providenciem a regularização de seu cadastro, pessoalmente, em uma das agências do Banco Itaú conforme orientação que deverá constar no respectivo Aviso aos Acionistas, a ser publicado após a Assembleia.

Os acionistas usuários do serviço de custódia fiduciária de ações terão seus dividendos creditados conforme procedimentos adotados pela B3.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

c) *Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio*

Não há proposta de atualização e juros dos dividendos.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

d) *Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento*

A data determinada para declaração de pagamento dos dividendos, isto é, a data considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento, é a data da realização da Assembleia, a ser realizada em 15 de abril de 2024.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, dividendos declarados com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

Não houve, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, distribuição dos juros sobre capital próprio, não havendo, portanto, qualquer deliberação a ser tomada na Assembleia.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2023	2022	2021
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	R\$9.678	R\$7.000	R\$7.467
Lucro (prejuízo) Líquido por ação (em reais)	R\$2,60	R\$1,88	R\$20,07

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2023	2022	2021
Valor global dos dividendos distribuídos	R\$2.299	R\$1.662	R\$1.608
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações (ordinárias e preferenciais)	R\$ 0,62	R\$ 0,45	R\$ 4,32
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações ordinárias	R\$ 0,62	R\$ 0,45	R\$ 4,32
Valor dos dividendos por ação (em reais) Ações preferenciais	n/a	n/a	R\$ 4,32
Juro sobre capital próprio	n/a	n/a	n/a

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal sobre o lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$483.936,90 (quatrocentos e oitenta e três mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa centavos).

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido do exercício, se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 193 da LSA e no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não há.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não há.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não há.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não há.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) *Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto*

Nos termos do artigo 34º do Estatuto Social da Companhia, após a constituição da Reserva Legal, a participação proporcional de 25% do lucro remanescente será destinada a dividendos mínimos obrigatórios.

b) *Informar se ele está sendo pago integralmente*

Sim, o dividendo obrigatório será pago integralmente.

c) *Informar o montante eventualmente retido*

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) *Informar o montante da retenção*

Não aplicável.

b) *Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos*

Não aplicável.

c) *Justificar a retenção dos dividendos*

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) *Identificar o montante destinado à reserva*

Não aplicável.

b) *Identificar a perda considerada provável e sua causa*

Não aplicável.

c) *Explicar por que a perda foi considerada provável*

Não aplicável.

d) *Justificar a constituição da reserva*

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) *Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar*

Não aplicável.

b) *Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva*

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) *Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva*

Não aplicável.

b) *Identificar o montante destinado à reserva*

Não aplicável.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

A retenção de lucros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$6.896.100,81 (seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil, cem reais e oitenta e um centavos).

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Cópia constante do Anexo III à presente Proposta.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 61.022.042/0001-18
NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO III

**PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024**

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2024 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da LSA e da Resolução CVM 80, apresentamos a V.Sas., para análise e posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício social de 2024.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$6.896.100,81 (seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil, cem reais e oitenta e um centavos).

Reserva de retenção de lucros (art. 196)	R\$6.896.100,81
Total de fontes	R\$6.896.100,81
Caixa adicional da Companhia para aumento do capital de giro e financiamento das operações	R\$6.896.100,81
Aplicações	R\$6.896.100,81

São Paulo, 06 de março de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Haddad Buazar

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO IV

**PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024**

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA RESOLUÇÃO CVM 81,
ARTIGO 13, INCISO I

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 13, inciso I, da Resolução CVM 81, apresentamos a proposta para a verba anual e global para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária da Companhia.

Desta forma, para o exercício social de 2024, propomos o montante de até **R\$6.750.000,00** (seis milhões e setecentos e cinquenta mil reais), para a remuneração dos administradores da Companhia, incluindo salário/pró-labore, benefícios e remuneração variável, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA.

Referido valor foi determinado em função da grande experiência dos atuais administradores e de seu alto grau de conhecimento das atividades e operações da Companhia, sua sólida reputação no mercado e devido à necessidade de manutenção e valorização dos talentos individuais da Companhia, inserida em um mercado cada vez mais competitivo.

A Administração da Companhia esclarece que o valor efetivamente pago, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a título de remuneração (incluindo benefícios) aos seus administradores excluindo os pagamentos suportados pelas controladas, no valor total de **R\$2.874.458** e incluindo os pagamentos suportados pelas controladas no valor total de **R\$3.709.490** conforme indicado no item 8.2 abaixo, está compatível com o montante aprovado para tal exercício social na Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2023, que foi de até R\$6.750.000,00 (seis milhões e setecentos e cinquenta mil reais).

São Paulo, 06 de março de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Haddad Buazar

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 61.022.042/0001-18
NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO V

**PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024**

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA RESOLUÇÃO CVM 81,
ARTIGO 13, INCISO II

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1. Descrever a política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, quanto aos seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia paga remuneração fixa e variável aos seus administradores, conforme o caso. Nas subsidiárias, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar os interesses da Companhia e de suas subsidiárias com os de seus colaboradores, de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão dos negócios da Companhia e o desempenho dos colaboradores no exercício de suas funções e a permanência de tais colaboradores nos postos ocupados. A Companhia não tem uma política de remuneração formalmente aprovada.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam, (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos e (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Uma vez aprovada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração é

responsável por deliberar sobre a distribuição da remuneração entre os membros da administração da Companhia.

Ao definir a remuneração individual dos administradores, o Conselho de Administração se preocupa em manter os salários compatíveis com o mercado.

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, especialmente na definição dos componentes de remuneração fixa e variável dos administradores.

c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore), sendo que o Presidente do Conselho faz jus aos benefícios de plano de vida, plano de saúde e convênio farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem pró-labore fixo mensal e variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos diretores estatutários é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos com os negócios da Companhia, melhorar os desempenhos destes nos exercícios de suas funções e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho da Fiscal serão remunerados mensalmente sendo tal remuneração definida de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, que determina que a remuneração do conselho fiscal anual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício e titular, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a diretoria estatutária, não computados benefícios e remuneração variável, na forma de participação nos lucros e ações. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas apenas quando ao desempenho da função.

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de variável anual de acordo com os resultados da Companhia a determinados colaboradores.

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, em longo prazo.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal. Com relação à Diretoria Estatutária, não existe um percentual pré-definido para cada elemento, que é definido a cada ano pelo Conselho de Administração no momento da atribuição da remuneração individual. As tabelas abaixo apresentam a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de:

2023

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria Estatutária	86%	14%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%

2022

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria Estatutária	90%	10%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

2021

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria Estatutária	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público vinculada aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal se instalado. A remuneração total alvo individual dos Diretores é determinada pelo Conselho de Administração. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos, Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos buscando manter os salários compatíveis com o mercado.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os indicadores de desempenho são o alcance de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) Lançamentos (VGV) (ii) Vendas Estoques (VGV) (iii) Vendas Lançamentos (VGV) (iv) Faturamento de Taxas (v) Novos Negócios (VGV) (vi) Contratação de obras; e (vii) lucro líquido, e (b) desempenho individual, tais como: (i) autonomia; (ii) iniciativa; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento; (viii) negociação; (ix) solução de problemas; (x) trabalho em equipe; e (xi) entre outros. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta a iniciativa, proatividade, poder de tomada de decisões, postura profissional e o relacionamento interpessoal.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão, melhorar o desempenho dos membros da Diretoria no exercício de suas funções e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

A determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atrelada a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura designada para vincular a remuneração variável, paga aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade.

Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros efetivos do Conselho Fiscal só serão remunerados caso o órgão seja instalado, durante a sua atuação. Os membros suplentes não recebem remuneração, salvo se efetivamente substituïrem os

membros efetivos. Adicionalmente, dois membros do Conselho de Administração renunciaram suas respectivas remunerações, na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 25/04/2023.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Parte da remuneração variável anual e fixa da diretoria estatutária da Companhia é suportada por intermédio da CAL – Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. (“CAL MO”), controlada direta da Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável, uma vez que não há remuneração ou benefícios diretos ou indiretos vinculados à ocorrência de quaisquer eventos societários.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social de 2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	6	14
Nº de membros remunerados	2	3	3	8
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	150.000,00	2.300.000,00	250.000,00	2.700.000,00
Benefícios direto e indireto	50.000,00	250.000,00	0	300.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.750.000,00	0,00	3.750.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2024 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2024 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2024 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	200.000,00	6.300.000,00	250.000,00	6.750.000,00

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	6	14
Nº de membros remunerados	2	3	4	9
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	124.296	2.034.467	205.788	2.364.551
Benefícios direto e indireto	23.834	205.784	0,00	229.618
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	280.289	0,00	280.289
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	

Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	
Baseada em ações (incluindo opções)	N/A	N/A	N/A	
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2024 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2024 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2024 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	148.130	2.520.540	205.788	2.874.458

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2022 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	3	6	12
Nº de membros remunerados	1	3	3	7
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	74.023	2.014.052	50.670	2.138.745
Benefícios direto e indireto	44.569	207.139	0,00	251.708
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	249.819	0,00	249.819
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	

Baseada em ações (incluindo opções)	N/A	N/A	N/A	
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2024 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2024 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2024 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	118.592	2.471.010	50.670	2.640.272

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2021 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	3	0	6
Nº de membros remunerados	1	3	0	4
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	67.381,00	1.990.920,00	0,00	2.058.301,00
Benefícios direto e indireto	41.282,00	189.527,00	0,00	230.809,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2024 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2024 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício Circular / Anual – 2024 – CVM/ SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica “outros” se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	108.663,00	2.180.447,00	0	2.289.110,00

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (a se encerrar em 31/12/2024)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	6	14
Nº de membros remunerados	2	3	3	8
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	3.750.000,00	0	3.750.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	3.000.000,00	N/A	3.000.000,00

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	6	14
Nº de membros remunerados	2	3	4	9
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	0	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.130.000,00	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	2.000.000,00	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	280.289	N/A	0

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	3	6	12
Nº de membros remunerados	1	3	3	7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	0	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.000.000,00	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	2.000.000,00	N/A	0

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	248.819,00	N/A	0
---	-----	------------	-----	---

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	3	0	6
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: (a) Termos e condições gerais; (b) data de aprovação e órgão responsável; (c) Número máximo de ações abrangidas; (d) Número máximo de opções a serem outorgadas; (e) Condições de aquisição de ações (f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; (g) Critérios para fixação do prazo de exercício; (h) Forma de liquidação (i) Restrições à transferência das ações; (j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano (k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a)

Órgão; (b) Número total de membros; (c) Número de membros remunerados; (d) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (i) em aberto no início do exercício social, (ii) perdidas e expiradas durante o exercício social, (iii) exercidas durante o exercício social (d) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto.

Não aplicável à Companhia

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) Órgão; (b) Número total de membros; (c) Número de membros remunerados; (d) data da outorga (e) quantidade de opções outorgadas, (f) prazo para que as opções se tornem exercíveis, (g) prazo máximo para exercício das opções, (h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções, (i) valor justo das opções na data da outorga, (j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga.

Não aplicável à Companhia

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) Órgão; (b) Número total de membros; (c) Número de membros remunerados, (d) em relação às opções ainda não exercíveis: (i) quantidade, (ii) data em que se tornarão exercíveis, (iii) prazo máximo para exercício das opções, (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício, (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social, (e) em relação às opções exercíveis (i) quantidade, (ii) prazo máximo para exercício das opções, (iii) prazo de restrição à transferência das ações, (iv) preço médio ponderado de exercício, (v) valor justo das opções no último dia do exercício social, (f) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não aplicável à Companhia

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão, (b) número total de membros, (c) número de membros remunerados, (d) número de ações, (e) preço médio ponderado de exercício, (f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas, (g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.

Não aplicável à Companhia

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício

social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão, (b) número total de membros, (c) número de membros remunerados, (d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.

Não aplicável à Companhia

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão, (b) número total de membros, (c) número de membros remunerados, (d) data da outorga, (e) quantidade de ações outorgadas, (f) prazo máximo para entrega das ações, (g) prazo de restrição à transferência das ações, (h) valor justo das ações na data da outorga, (i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.

Não aplicável à Companhia

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão, (b) número total de membros, (c) número de membros remunerados, (d) número de ações, (e) preço médio ponderado de aquisição, (f) preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas, (g) multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas.

Não aplicável à Companhia

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: (a) modelo de precificação, (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco, (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado, (d) forma de determinação da volatilidade esperada, (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

		2023			
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Emissor					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	436	4.566	0	5.002
Controladora					
Lindenberg Investimentos Ltda.	Quotas	5.274.162	15.375.029		20.649.254

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: (a) órgão, (b) número total de membros, (c) número de membros remunerados, (d) nome do plano, (e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar, (f) condições para se aposentar antecipadamente, (g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores, (h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores, (i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Não aplicável à Companhia

8.15 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	3	3	3	5	3	3	6	6	0
Nº de membros remunerados	3	3	3	2	1	1	3	3	0
Valor da maior remuneração (R\$)	840.412	832.613	735.087	103.822	118.592	108.663	68.596	16.890	N/A
Valor da menor remuneração (R\$)	834.716	819.198	722.680	44.308	118.592	108.663	68.596	16.890	N/A

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Valor médio da remuneração (R\$)	837.564	825.906	726.815	74.065	118.592	108.663	68.596	16.890	N/A

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não aplicável à Companhia.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsão 2024	65%	100%	0,0%
Em 31/12/2023	70%	100%	0,0%
Em 31/12/2022	100%	100%	0,0%
Em 31/12/2021	100%	100%	0,0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que nos últimos 3 exercícios sociais, os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da

diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Previsão 2024

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	0,00%
Controladas do emissor	900.000	N/A	N/A	900.000
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	0,00%

Os valores abaixo referidos foram pagos a título de remuneração em função de exercício do cargo na Companhia

2023

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	0,00%
Controladas do emissor	835.032	N/A	N/A	835.032
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	0,00%

2022

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	0,00%

Controladas do emissor	833.158	N/A	N/A	833.158
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	0,00%

2021

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	0,00%
Controladas do emissor	735.604	0,00	N/A	735.604
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	0,00%

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas prestadas nos itens anteriores.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 61.022.042/0001-18
NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO VI

**PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024**

PROPOSTA DE AUMENTO DE CAPITAL

(Art. 15, anexo C, da Resolução CVM 81/22)

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

O valor atual do Capital Social é R\$ 13.153.049,92, a administração propõe um aumento de R\$ 13.153.049,92. Novo Capital Social com o aumento proposto: R\$26.306.099,84

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações; **(b)** exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; **(c)** capitalização de lucros ou reservas; ou **(d)** subscrição de novas ações

O aumento será realizado mediante capitalização de reserva de lucros, sem a emissão de novas ações.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

Em atendimento ao disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, o aumento proposto tem a finalidade de ajustar a proporção entre saldo de reserva de lucros e capital social. A Administração da Companhia propõe essa alternativa em detrimento das demais, especificamente a distribuição de tais lucros acumulados aos acionistas, levando-se em conta os principais indicadores financeiros relativos a estrutura de capital da companhia, tais como sua disponibilidade de caixa, endividamento bruto e alavancagem (Dívida/Patrimônio Líquido).

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

Proposta aprovada em Reunião do Conselho Fiscal ocorrida em 06/03/2024.

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações (a) Descrever a destinação dos recursos **(b)** Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe **(c)** Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas **(d)** Informar se a subscrição será pública ou particular **(e)** Em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos **(f)** Informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública **(g)** Informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de capital **(h)** Fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento **(i)** Informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha, nos termos do art. 170 da Lei nº 6.404, de 1976 **(j)** Caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado **(k)** Fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão **(m)** Informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos (n) Apresentar percentual de diluição potencial resultante da emissão **(o)** Informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas **(p)** Informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito **(q)** Informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras **(r)** Descrever pormenorizadamente os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital **(s)** Caso o preço de emissão das ações seja, total ou parcialmente, realizado em bens i. Apresentar descrição completa dos bens ii. Esclarecer qual a relação entre os bens incorporados ao patrimônio da companhia e o seu objeto social iii. Fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível.

Não se aplica.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas:

a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

As ações da Companhia não possuem valor nominal.

b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal.

O aumento de capital proposto não ensejará a emissão de ações, conforme previsão do §1º, art. 169, LSA, e, portanto, sem modificações no número de ações.

c. Em caso de distribuição de novas ações i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações iii. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas iv. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995 v. Informar o tratamento das frações, se for o caso

Não se aplica.

d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei nº 6.404, de 1976

Não se aplica.

e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível

Não se aplica.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição
a. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
b. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Não se aplica.

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

ANEXO VII

**PROPOSTA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024**

PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Artigo 12, da Resolução CVM 80/22.

A Administração propõe consolidar o Estatuto Social da Companhia a fim de fazer o aumento de capital, se aprovado, na Assembleia Geral Extraordinária da Construtora Adolpho Lindenberg S.A.

ESTATUTO SOCIAL DA CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.

CNPJ/ME n. 61.022.042/0001-18

NIRE 35300067827

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIETÁRIO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - A **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG** é uma sociedade anônima de capital aberto, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A sociedade mantém sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Joaquim Floriano, 466, Edifício Corporate, 2º andar – Bairro Itaim Bibi – CEP 04534-002.

Parágrafo Único - A critério do Conselho de Administração, a sociedade poderá instalar manter e extinguir filiais, agências, escritórios, depósitos, sucursais e quaisquer outros estabelecimentos necessários ao desempenho de suas atividades, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinentes, mediante autorização desse órgão à Diretoria para as providências cabíveis, fazendo-se, inclusive, os respectivos destaques da parte do Capital social que se afigurarem necessários.

Artigo 3º - A sociedade tem por objetivos sociais:

- a) compra e venda de imóveis;
- b) locação;
- c) desmembramento ou loteamento de terrenos;

- d) incorporação imobiliária; e
- e) construção de imóveis destinados à venda.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, encerrando suas atividades com observância das disposições legais e estatutárias.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$26.306.099,84 (vinte e seis milhões, trezentos e seis mil, noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), dividido em 3.720.971 (três milhões, setecentas e vinte mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere ao seu possuidor o direito a um voto nas Assembleias Gerais, ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma previstos em lei.

Parágrafo Segundo - É facultada aos acionistas a livre negociação de suas ações a qualquer tempo.

Parágrafo Terceiro - As ações serão representadas por certificados, observadas as formalidades do artigo 24 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações").

Parágrafo Quarto - A distribuição das ações decorrentes de aumento do capital social efetivar-se-á dentro de 60 (sessenta) dias contados da data da ata da Assembleia Geral que aprovar o respectivo aumento, observadas as determinações legais.

CAPÍTULO III- DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA

Artigo 6º - O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, até o limite de 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (incluídas as ações já emitidas).

Parágrafo Primeiro - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado acima previsto, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive o número de ações a serem emitidas, o preço, o prazo de subscrição e a forma de sua

integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a Assembleia Geral será convocada para deliberar sobre o respectivo laudo de avaliação, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, (i) quando a colocação for feita mediante (a) venda em bolsa de valores ou (b) por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, que outorgue opção de compra de ações a administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia.

Parágrafo Terceiro - O limite do capital autorizado somente poderá ser modificado por deliberação de Assembleia Geral, sendo certo que o limite deverá ser automaticamente ajustado em caso de bonificação, grupamento ou desdobramentos de ações.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA

Artigo 7º - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, todos acionistas e residentes no País, entre os quais um Presidente.

Parágrafo Segundo A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado.

- a) Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria.
- b) As funções de Diretor técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais.
- c) Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos constantes da alínea "b".

Artigo 8º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida do parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembleia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de 3 (três) anos, expirando-se na data da Assembleia Geral Ordinária do terceiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse assinando, individualmente, o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões desse mesmo órgão e o prazo de gestão do Conselho de Administração se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontrar o voto do Presidente.

Parágrafo Quarto - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos casos de afastamento temporário ou definitivo, e nos impedimentos legais, por qualquer um de seus membros, escolhidos através de votação em reunião convocada especialmente para esse fim.

Parágrafo Quinto - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição dos cargos então vagos, assumindo os novos Conselheiros esses cargos até o final do mandato dos Conselheiros então remanescentes.

Parágrafo Sexto - Quando a eleição dos membros do Conselho de Administração houver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a mesma se fará para todo o colegiado, nada impedindo que os membros então remanescentes sejam reeleitos.

Artigo 9º - Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;
- b) eleger e destituir os diretores da sociedade;
- c) criar órgãos técnicos e consultivos, regulando-os e fixando suas atribuições;
- d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

- e) manifestar-se sobre o relatório da administração e das contas da Diretoria;
- f) deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações dentro do limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão, conforme o artigo sexto deste estatuto;
- g) autorizar a alienação de bens imóveis do ativo fixo, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- h) distribuir, individualmente, a cada um dos Conselheiros e Diretores, o valor de seus honorários e a participação nos lucros da sociedade;
- i) praticar os demais atos previstos na lei como de sua competência;
- j) deliberar acerca das aquisições de ações da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posterior alienação.

Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar as Assembleias Gerais dos Acionistas da sociedade.

Artigo 10 - A Assembleia Geral, ao eleger o Conselho de Administração, fixará os honorários globais do órgão, em conjunto com a Diretoria.

Parágrafo Único - Ocorrendo a substituição de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, os substitutos terão seus honorários fixados pelo Conselho de Administração.

Artigo 11 - Os Diretores da sociedade serão eleitos, com a composição referida no parágrafo segundo do artigo sétimo deste estatuto, pelo Conselho de Administração, na mesma data da eleição dos membros desse órgão e terão seus mandatos fixados por prazo idêntico.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores tomarão posse assinando individualmente o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

Parágrafo Segundo - A substituição e destituição de qualquer Diretor far-se-á mediante a deliberação do Conselho de Administração, a qualquer tempo, através de reunião de seus membros.

Parágrafo Terceiro - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o substituto será nomeado pelo Conselho de Administração e ficará no cargo até o término do mandato dos demais Diretores.

Parágrafo Quarto - Os Diretores não são obrigados a prestar qualquer garantia de gestão.

Artigo 12 - Compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Artigo 13 - Os membros da Diretoria, observadas as atribuições e poderes conferidos pelo estatuto e pelo Conselho de Administração, podem praticar isoladamente atos regulares de gestão e administração tendentes a alcançar os fins sociais.

Parágrafo Único - Compete ao Diretor Presidente, além das atribuições do "caput" deste artigo, convocar, presidir as reuniões da Diretoria; distribuir as funções de seus membros; dar o voto de qualidade em caso de empate nas decisões da Diretoria.

Artigo 14 - A Sociedade deverá necessariamente ser representada por dois Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto.

Parágrafo Único - Será admitida a representação isolada, obrigando-se validamente a sociedade, nos casos seguintes: (i) por um Diretor, no ato de receber e dar quitação de valores, em nome da sociedade; (ii) por um procurador, desde que o mandato tenha expresso o poder do mesmo agir isoladamente.

Artigo 15 - A sociedade poderá constituir procuradores, devendo o instrumento de mandato especificar os poderes do mandatário para agir isoladamente ou em conjunto com um Diretor ou outro procurador, bem como determinar o prazo de validade, que não ultrapassará o ano civil da outorga, executados os mandatos conferidos no mês de dezembro, os quais poderão vigor até o final do ano civil seguinte.

Parágrafo Único - Os mandatos "*ad judícia*" serão conferidos com prazo indeterminado.

Artigo 16 - É expressamente vedado o emprego da denominação social em fianças, aceites, avais e endossos em documentos que não constituírem ato de exclusivo interesse da sociedade, ou que importarem em uma liberalidade.

Parágrafo Único - Não se aplicam as disposições deste artigo quando a favorecida for uma empresa subsidiária e esta sociedade for majoritária.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 17 - O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de 3 (três) a 5 (cinco) suplentes, residentes no país, acionistas ou não, cada um com a qualificação mínima exigida por lei.

Artigo 18 - Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições que lhes são conferidas por lei.

Artigo 19 - O Conselho Fiscal somente entrará em funcionamento mediante pedido de acionistas, de acordo com as disposições legais, instalando-se pela Assembleia Geral que eleger seus membros e respectivos suplentes, cujos mandatos expirar-se-ão na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Artigo 20 - A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais a cada um dos membros efetivos quando no exercício de suas funções.

Parágrafo Único - Quando o membro efetivo do Conselho estiver afastado de suas funções, os respectivos honorários serão atribuídos ao suplente, se o estiver substituindo.

CAPÍTULO V - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 21 - A Assembleia Geral dos Acionistas é o órgão soberano da sociedade e tem poderes e atribuições conferidos em lei, a qual regerá o modo de sua convocação.

Artigo 22 - A Assembleia Geral será convocada e presidida, normalmente, pelo Presidente do Conselho de Administração o qual escolherá, entre os presentes, o seu Secretário, compondo-se assim a Mesa diretora dos trabalhos.

Artigo 23 - Só poderão participar das Assembleias Gerais os acionistas constantes, até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização das mesmas, da relação de acionistas.

Artigo 24 - A Assembleia Geral será instalada na sede da sociedade, salvo motivo de força maior, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito a voto; em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Único - Nas exceções previstas em lei, o quórum será o determinado pela mesma.

Artigo 25 - Os acionistas presentes à Assembleia Geral, antes de sua abertura, deverão assinar o Livro de Presença, depois de haverem provado sua qualidade de acionistas pelas formas legalmente permissíveis.

Artigo 26 A Assembleia Geral Ordinária terá as atribuições previstas na lei e realizar-se-á dentro do primeiro quadrimestre subsequente ao encerramento do exercício social.

Artigo 27 Sempre que necessário, a Assembleia Geral poderá ser instalada em caráter extraordinário, podendo se realizar, inclusive, concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária.

CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RESERVAS, DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Artigo 28 O exercício social da Empresa iniciar-se-á em 1º (primeiro) de janeiro e terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Artigo 29 - No encerramento de cada exercício social, a Diretoria fará com que se elabore, com a observância das disposições legais, as seguintes demonstrações financeiras: (i) balanço patrimonial; (ii) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) demonstração do resultado do exercício; (iv) demonstração das origens e aplicações de recursos.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral.

Artigo 30 - A sociedade poderá, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.

Artigo 31 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se os houver, e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 32 - Do valor obtido na forma do artigo anterior, os administradores da sociedade destacarão, a seu critério, uma gratificação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, limitada, porém, ao total da remuneração anual desses órgãos ou a 10% (dez por cento) do resultado do exercício, depois de deduzidos os valores mencionados no artigo trinta e um deste estatuto, prevalecendo o limite menor.

Artigo 33 - Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei 6.404/76, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 34 - Do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, distribuir-se-á, obrigatoriamente, aos acionistas, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do mesmo.

Artigo 35 - O saldo remanescente do lucro do exercício será destinado à conta de reserva estatutária, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia, conforme estabelece o art. 8º, alínea "j".

Parágrafo Primeiro - Todo o saldo remanescente do lucro líquido será destinado para a constituição da reserva estatutária.

Parágrafo Segundo - O limite máximo da reserva será de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO, DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 36 - A sociedade entrará em liquidação nos casos e pelo modo estabelecido em lei.

Parágrafo Único - Ressalvada a hipótese de liquidação judicial, o Conselho de Administração nomeará um Diretor para atuar como liquidante.

Artigo 37 - A sociedade poderá, mediante resolução da Assembleia Geral com aprovação de acionistas que representem mais da metade do capital social com direito a voto, transformar-se, incorporar outras empresas, cindir-se em duas ou mais empresas e fundir-se com outras empresas.

Artigo 38 - As demonstrações financeiras de que trata o artigo vinte e nove deste estatuto só se tornarão obrigatórias nos prazos determinados em lei.

Artigo 39 - Os casos omissos no presente estatuto serão regidos pela Legislação vigente.
